


O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS
DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
Produção Didático-Pedagógica

2010

VOLUME I

 <p>PARANÁ GOVERNO DO ESTADO</p>	<p>FICHA CATALOGRÁFICA PRODUÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA</p> <p>PROFESSOR PDE 2010</p>
--	---

Título:	Materiais didático-pedagógicos como recurso de aprendizagem para alunos com necessidades educativas especiais: caminhos e possibilidades
Autora :	Cláudia Gonçalves Caporrino
Escola de Atuação:	Escola Estadual Santa Terezinha – E.F.
Município da escola:	Santo Antônio da Platina – PR
Núcleo Regional de Educação:	Jacarezinho – PR
Orientador:	Me. Maria de Lourdes Oliveira Ximenes
Instituição de Ensino Superior:	Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP
Disciplina/Área:	Pedagogia
Produção Didático-pedagógica:	Unidade Didática
Relação Interdisciplinar:	Disciplinas dos anos finais do Ensino Fundamental
Público Alvo:	Professores
Localização:	Avenida Oliveira Motta, 786, Centro
Apresentação:	<p>Na tentativa de colaborar com os professores na busca de soluções para utilização de materiais didático-pedagógicos diferenciados nas salas de aula onde se acentuam os alunos com necessidades educativas especiais; a presente Unidade Didática tem por objetivo apresentar as contribuições dos recursos alternativos para a prática pedagógica no contexto escolar. Assim, os materiais didático-pedagógicos deverão ser utilizados como meios, os quais o professor se utilizará para favorecer o desempenho do aluno incentivando-o em suas pesquisas, auxiliando-o em suas dificuldades diárias em sala de aula, colaborando de maneira significativa em suas necessidades. Dessa forma, este trabalho procura dar parâmetros para que o professor encontre a maneira mais adequada de integrar os mais diversos recursos pedagógicos, observando que não existem receitas prontas, bastando que saiba diversificar tais procedimentos em sala de aula, promovendo assim uma aprendizagem significativa dos conteúdos abordados.</p>
Palavras-chave:	Material didático-pedagógico. Recurso de aprendizagem. Necessidades educativas especiais

MATERIAIS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS COMO RECURSO DE APRENDIZAGEM PARA ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: CAMINHOS E POSSIBILIDADES

1. INTRODUÇÃO

Na tentativa de colaborar com os professores na busca de soluções para utilização de materiais didático-pedagógicos diferenciados nas salas de aula onde se acentuam os alunos com necessidades educativas especiais no ensino fundamental das Escolas Públicas da Rede Estadual de Ensino, a presente Unidade Didática tem por objetivo apresentar as contribuições dos recursos alternativos para a prática pedagógica no contexto escolar. Acredita-se, portanto, que a re-significação teórica e prática da ação pedagógica necessita de comprometimento do professor, quando busca atender às expectativas dos alunos, propondo uma prática diferenciada.

Assim, os materiais didático-pedagógicos deverão ser utilizados como meios, os quais o professor se utilizará para favorecer o desempenho do aluno incentivando-o em suas pesquisas, auxiliando-o em suas dificuldades diárias em sala de aula, colaborando de maneira significativa em suas necessidades.

Na interação em sala de aula, percebe-se que alguns alunos possuem um ritmo de aprendizado diferenciado dos demais colegas, passamos a observá-lo com uma atenção especial, tais observações se atentam principalmente nas dificuldades de leitura e escrita, no raciocínio lógico para o processamento de uma informação, na dificuldade de compreensão de um conceito científico mais complexo, como também em estabelecer relações entre o conteúdo estudado e a realidade vivida, nessas situações costumamos dizer que o aluno tem dificuldades de aprendizagem, tais constatações se refletem também nos resultados avaliativos, expressando-se com notas ou conceitos bem abaixo do desejado.

Dessa forma, este trabalho procura dar parâmetros para que o professor encontre a maneira mais adequada de integrar os mais diversos recursos pedagógicos, observando que não existem receitas prontas, bastando que saiba diversificar tais procedimentos em sala de aula, promovendo assim uma aprendizagem significativa dos conteúdos abordados.

2. CONTEXTUALIZANDO OS MATERIAIS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS NA AÇÃO EDUCATIVA

O aumento cada vez mais significativo de alunos com necessidades educativas especiais tem sido uma constante preocupação dos professores e equipe pedagógica nas escolas públicas.

Segundo Gómez e Terán (2008, p.30), “é importante ajudar essas crianças a conhecerem seus pontos fortes, a compreenderem que suas dificuldades não existem por falta de capacidade e, a descobrirem estratégias que sejam úteis ao seu aprendizado.” O futuro dessas crianças está nas mãos de quem está ao seu lado na aprendizagem; a confiança em si mesma, a capacidade de tomar decisões, a habilidade para solucionar problemas, a autonomia, a motivação para atingir objetivos dependerá do quando elas forem apoiadas. É necessário respeitar a individualidade da criança, aceitar as diferentes formas de sentir, pensar, agir, de aprender contribuirá e muito para a educação.

Em uma época que muito se fala sobre inclusão, dificuldades de aprendizagem e até mesmo o fracasso escolar de crianças, adolescentes e jovens, mas, por outro lado, ao mesmo tempo surgem inúmeras descobertas no campo da neurociência; mostrando as possibilidades de como o conhecimento se processa no indivíduo, a educação não pode ficar à margem dessas descobertas a fim de possibilitar a importância de uma intervenção pedagógica como forma de ressignificar a aprendizagem.

Incorporar na prática, recursos alternativos valendo-se de materiais didático-pedagógicos e tecnológicos poderá ser um caminho mais seguro e eficiente para a escola, uma vez que torna a prática pedagógica mais dinâmica, e a participação dos alunos mais ativa no processo, considerando que,

[...] é diversificando as atividades, trabalhando conteúdos e utilizando recursos alternativos que se consegue a participação ativa do aluno no processo ensino-aprendizagem e conseqüentemente o seu crescimento pessoal, de forma que, possa aplicar e utilizar os conhecimentos adquiridos na prática social. (POLICARPO, 2008, p.8),

Por outro lado, introduzir a utilização dos materiais didático-pedagógicos sem prévia instrumentalização por parte do professor, não garante a eficácia do recurso e muito menos da aprendizagem.

3. REFLETINDO SOBRE A UTILIZAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO

Antes mesmo dos recursos tecnológicos emergirem, já se discutia sobre a importância dos recursos didáticos para o ensino e os seus efeitos sobre a aprendizagem, bem como, a importância da presença dos mesmos nos cursos de formação de docentes, uma vez que, nas propostas de formação continuada normalmente não se contemplava a presença dos mesmos.

A atitude do professor frente ao ensino é algo que reflete positivamente ou negativamente no processo ensino e aprendizagem.

Policarpo, observa que:

[...] infelizmente é comum ainda vermos professores que recorrem somente ao livro didático, em vez de utilizarem também outro recurso impresso para desenvolver seus conteúdos. Vale destacar que tais materiais também têm os seus méritos, mas, apresentam limitações, principalmente perante as novas exigências sociais e educacionais da contemporaneidade. O que se percebe é que na maioria das vezes, estes recursos não exigem criatividade por parte do professor, haja vista que, muitas vezes silenciam o aluno esvaziando sua capacidade de reflexão, ao exigirem do mesmo apenas a repetição e a mera memorização. (2008, p.13-14)

Prover o indivíduo de conhecimentos que lhe propicie as condições para o exercício da cidadania é a finalidade da prática docente valer-se de diferentes recursos. É importante enfatizar que o uso aleatório, sem planejamento para execução e utilização inadequada de qualquer material didático-pedagógico, resulta em efeito contrário: em vez de auxiliar, prejudicam o processo de ensino e aprendizagem, constituindo um desrespeito com o aluno.

Portanto, todos os recursos têm seu valor, desde que fomente no professor a vontade de ensinar, e no aluno o desejo de aprender.

Não podemos dar aula da mesma forma para alunos diferentes, para grupos com diferentes motivações. Precisamos adaptar nossa metodologia, nossas técnicas de comunicação a cada grupo. Tem alunos que estão prontos para aprender o que temos a oferecer. É a situação ideal, onde é fácil obter a sua colaboração. Existem outros que não estão prontos, que são imaturos ou estão distantes das nossas propostas.(MORAN,2009,p. 3).

Deste modo é possível inferir que, pensar na prática pedagógica, apenas limitando-se ao uso dos recursos didáticos indispensáveis, tais como: o quadro de giz e o livro didático é uma falácia.

4. NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: UM NOVO OLHAR NO CONTEXTO ESCOLAR

De acordo com Sasaki (2003), o termo “necessidades educacionais especiais” foi adotado pelo Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica – Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001 –, com base no Parecer CNE/CEB nº 17/2001, homologado pelo MEC em 15 de agosto de 2001, pois até esta data a educação especial era tradicionalmente destinada apenas ao atendimento de alunos que apresentavam deficiências (mental/intelectual, visual, auditiva, física/motora e múltiplas); condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, bem como de alunos que apresentam altas habilidades/superdotação. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, dentre outros, determina que:

Art.5º Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem:

I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;
b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II - dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente os conceitos, os procedimentos e as atitudes.

Art. 6º Para identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, a escola deve realizar, com assessoramento técnico, avaliação do aluno no processo de ensino e aprendizagem, contando, para tal, com:

I – a experiência de seu corpo docente, seus diretores, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais;

II – o setor responsável pela educação especial do respectivo sistema;

III – a colaboração da família e a cooperação dos serviços de saúde, Assistência Social, Trabalho, justiça e Esporte, bem como do Ministério Público, quando necessário. (BRASIL, 2001, p.49).

Frente a essa nova realidade da escola, é necessário buscar subsídios que determinam as características daquilo que se entende por “necessidades educacionais especiais” no contexto escolar.

As dificuldade de aprendizagem na escola, podem ser consideradas uma das causas que podem conduzir o aluno ao fracasso escolar. Não se pode desconsiderar que o fracasso do aluno também pode ser entendido como um fracasso da escola por não saber lidar com a diversidade dos seus alunos. É preciso que o professor atente para as diferentes formas de ensinar, pois, há muitas maneiras de aprender. O professor deve ter consciência da importância de criar vínculos com os seus alunos através das atividades cotidianas, construindo e reconstruindo sempre novos vínculos, mais fortes e positivos. (SILVA, 2006, p.2).

Nesse contexto educacional, um dos grandes desafios do professor traduz-se em ajudar a tornar a informação significativa, a escolher informações verdadeiramente importantes entre as tantas possibilidades, compreendê-las de forma cada vez mais abrangente e profunda e torná-las parte do referencial.

Para afirmar a questão das necessidades educativas especiais, observa-se que,

A expressão necessidades educativas especiais, inclui os alunos que apresentam dificuldades na aquisição das aprendizagens, devido a problemas de maturidade, a sua procedência de ambientes com privações socioculturais ou como consequência de intervenções metodológicas inadequadas da própria escola. De outro modo, as necessidades educativas especiais equivalem a dificuldades de aprendizagem em sentido amplo. (GONZÁLEZ, 2002, p.113)

Em linhas gerais, pode-se conceituar alunos com necessidades educacionais especiais como aqueles que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento, decorrentes de circunstâncias que podem ser de ordem biológica, psicológica, social e cultural, exigindo uma atenção mais específica e maiores recursos sociais e educacionais, a fim de desenvolverem suas potencialidades.

IMPORTANTE

Todos os alunos têm necessidades educacionais **COMUNS**, que são atendidas pelos professores e se relacionam às aprendizagens dos conteúdos escolares.

Todos os alunos têm necessidades educacionais **INDIVIDUAIS**, uma vez que possuem diferentes capacidades, interesses, níveis, ritmos e estilos de aprendizagem.

Alguns alunos têm necessidades educacionais **ESPECIAIS**, exigindo tanto uma atenção mais específica quanto recursos e metodologias educacionais adicionais.

(Fonte: CINFOP – Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores- UFPR)

De acordo com a Declaração de Salamanca¹, alunos com necessidades educacionais especiais seriam aquelas crianças ou pessoas:

- que apresentam deficiências;
- que apresentam condutas típicas;
- superdotadas;
- que vivem nas ruas;
- crianças trabalhadoras;
- imigrantes ou de população nômade;
- pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais;
- pertencentes a outros grupos desfavorecidos ou marginalizados.

Assim, elenca-se abaixo quem são e quais são as características desses no contexto educacional.

¹ Trata-se de um documento aprovado em Assembleia realizada durante a Conferência Mundial de Educação Especial, pelos delegados representantes de 88 governos e 25 organizações internacionais, tornando-se um importante referencial para a Educação inclusiva.

4.1 ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MENTAL/INTELLECTUAL²: DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM

A pessoa com deficiência mental é aquela incapaz de assegurar por si própria, total ou parcialmente, meios de subsistência em sua vida individual ou social, em consequência de uma deficiência congênita ou não, através de sua capacidade mental. Entretanto, o seu grau de comprometimento intelectual é que vai determinar o nível de adaptação social a que estará sujeito.

A principal característica das crianças com deficiência mental é a de que elas não aprendem tão rapidamente quanto as outras da mesma idade cronológica. A aprendizagem deve ser programada em sequência e apresentada de tal forma que a criança aprenda a um passo compatível com o seu desenvolvimento.

Fierro (1993, p. 232) utiliza o termo crianças com atraso mental, considerando que:

Trata-se de um atraso nos processos evolutivos de 'personalidade' e de 'inteligência': da capacidade de aprender, para o desempenho na vida e para relacionar – se com os demais. E não se trata somente do atraso; é também, e a rigor, um *déficit*: o progresso e desenvolvimento destas crianças é, além de irregular e atrasado, um desenvolvimento deficitário. Elas não somente progredem lentamente, atingindo mais tarde e de modo desigual os diferentes níveis evolutivos de aprendizagem e habilidades, que marcam o desenvolvimento considerado normal. Além disso, não atingem os mesmos níveis da maioria das pessoas em muitas das aprendizagens e habilidades. O 'atraso mental', em sentido estrito envolve, também uma significativa 'limitação' ou 'deficiência' mental: de aptidões, de capacidade, de inteligência. Trata-se da limitação na capacidade não somente de conhecimentos escolares, mas também de conhecimentos sociais e da vida diária.

A deficiência mental constitui uma das mais importantes enfermidades crônicas, pois trata-se de um complexo conjunto de síndromes de variadas etiologias, tendo como base a insuficiência intelectual que envolve aspectos biológicos, psicológicos e sociais.

² Hoje em dia cada vez mais se está substituindo o adjetivo mental por intelectual. A Organização Pan-Americana da Saúde e a Organização Mundial da Saúde realizaram um evento (no qual o Brasil participou) em Montreal, Canadá, em outubro de 2004, evento esse que aprovou o documento DECLARAÇÃO DE MONTREAL SOBRE DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL. (SASSAKI, Romeu Kazumi. Revista Nacional de Reabilitação).

Fierro desconsidera a análise da deficiência mental que tem na psicometria a medição da capacidade geral ou de aptidões intelectuais específicas das pessoas, conhecidas como quociente de inteligência (QI), porque “ainda que seja indicativo do nível de capacidade global de uma criança, por sua própria generalidade não contém indicação alguma de interesse educativo ou prático: não diz nada acerca do modo de intervir, psicológica ou pedagogicamente, com a criança em questão”.

O enfoque cognitivo, paradigma atual da educação, por outro lado, ocupa-se, propriamente, de processos, e não simplesmente, de produtos ou resultados. Interessa-se não tanto pela execução ou pelo rendimento final de uma determinada tarefa, com acerto e erro, senão por todo o processo cognitivo e processamento da informação que gera esse resultado final. Seu interesse maior reside em observar as mudanças ocorridas, em determinados momentos, do processo cognitivo, como consequência da intervenção ou tratamento do investigador.

Entretanto, sob o enfoque cognitivo, Fierro (1993), observa que, “por mais otimista que este seja em relação aos déficits funcionais, reconhece-se o limite insuperável de certa capacidade estrutural reduzida, de resto mal conhecida, do indivíduo com atraso”.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Adaptações Curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 1998, p.47), não se aprofunda muito a questão educacional. Encontra-se como sugestão de encaminhamento metodológico apenas: ambientes de aula que favoreçam a aprendizagem, tais como: ateliê, cantinhos, oficinas, entre outros.; desenvolvimento de habilidades adaptativas: sociais, de comunicação, cuidado pessoal e autonomia.

4.2 ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais. Adaptações Curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades

educacionais especiais (BRASIL, 1998, p.8), caracteriza-se como deficiência visual a redução ou perda total da capacidade de ver.

a) Cegueira. Perda da visão em ambos os olhos, de menos de 0,1 no olho melhor e após correção, ou no campo visual não exceder de 20 graus, no maior meridiano do melhor olho, mesmo com o uso de lentes para correção.

Sob o enfoque educacional, a cegueira representa a perda total ou resíduo mínimo de visão, que leva o indivíduo a necessitar do método Braille como meio de leitura e escrita, além de outros recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação.

Em relação à criança cega, o conhecimento é obtido principalmente através da audição e do tato. Para que a criança realmente compreenda o mundo ao seu redor, é necessário apresentar-lhe objetos concretos que possam ser tocados e manipulados. Através da observação tátil de objetos a criança pode conhecer a sua forma, o seu tamanho, o seu peso, a sua solidez, as qualidades de superfície, a sua maleabilidade e a sua temperatura.

b) Visão reduzida. Acuidade visual entre 6/20 e 6/60 no melhor olho após a correção máxima. Sob o enfoque educacional, trata-se de resíduo visual que permite ao educando ler impressos a tinta, desde que se empreguem recursos didáticos e equipamentos especiais, excetuando-se as lentes de óculos que facilmente corrigem alguma deficiência (miopia, hipermetropia, etc.).

4.3 ALUNOS SURDOS: DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM

A surdez é uma falha total ou parcial na capacidade de ouvir. Os surdos podem ter ausência total, redução ou diminuição da audição. A criança surda tem a capacidade de ouvir tão prejudicada que não pode aprender a falar normalmente como as outras crianças. Isto não quer dizer que ela seja muda: poderá aprender a falar, se for ensinada. Existem crianças que são ligeiramente surdas. Estas são capazes de aprender e falar por si mesmas, embora falem mal, porque ouvem mal.

As consequências da surdez são graves, pois a pessoa tem muita dificuldade para se comunicar. Por esta razão, há tendência a se isolar, ficando sempre

sozinha. Se os pais, irmãos e amigos não a incentivarem a participar da vida com outras pessoas, poderá vir a ter problemas emocionais.

Os procedimentos de educação requerem o recurso a diversos profissionais, inclusive treinamento em uma das abordagens aprovadas de comunicação, habilidade auditiva, leitura da fala (leitura labial) e leitura de outras disciplinas escolares.

4.4 ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS FÍSICAS: DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM

Considera-se como deficiente físico, todos os indivíduos que possuam algum tipo de paralisia, limitação do aparelho locomotor, amputação/má formação ou qualquer tipo de deficiência que interfiram em sua locomoção, coordenação e fala. Uma deficiência física tanto pode ser congênita quanto adquirida em qualquer idade, pois todas as pessoas estão sujeitas a acidentes que possam comprometer a integridade física.

Os avanços contínuos na medicina têm reduzido bastante ou eliminado muitas dessas condições como problemas educacionais sérios, embora as suas implicações para a saúde possam continuar.

Devido à heterogeneidade das condições que levam às deficiências físicas, é difícil descrever as facilidades para todas as crianças. Uma criança pode ter um braço deformado, outra, o defeito pode ser na perna, precisando de muletas, e ainda uma outra está confinada à cadeira de rodas; uma ter certa facilidade de linguagem verbal, outra pode ter problemas emocionais. Tendo em vista essas diferenças de capacidades físicas e mentais, torna-se óbvio que só podemos considerar aqui os tipos mais gerais de modificações.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais. Adaptações Curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 1998, p.47-48), apresentadas como medidas estratégias metodológicas dentre outras:

a) sistemas aumentativos ou alternativos de comunicação adaptado às possibilidades do aluno impedido de falar: sistemas de símbolos (baseados em elementos representativos, em desenhos lineares, sistemas que combinam símbolos pictográficos, ideográficos e arbitrários, sistemas baseados na ortografia tradicional, linguagem codificada), auxílios físicos ou técnicos (tabuleiros de comunicação ou sinalizadores mecânicos, tecnologia microeletrônica), e outros;

b) utilização de pranchas ou presilhas para não deslizar o papel, suporte para lápis, presilha de braço, cobertura de teclado, entre outros.; textos escritos complementados com elementos de outras linguagens e sistemas de comunicação.

4.5 ALUNOS COM MÚLTIPLAS DEFICIÊNCIAS: CONSIDERAÇÕES GERAIS

Definem-se as múltiplas deficiências como sendo a associação, na mesma pessoa, de duas ou mais deficiências primárias (mental/intelectual, auditiva, física), com comprometimentos que acarretem atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa. As principais necessidades educativas serão priorizadas e desenvolvidas através das habilidades básicas nos aspectos sociais, auto-ajuda e de comunicação. Muitos tipos diferentes de condições de deficiências múltiplas afetam as crianças, mas algumas combinações são mais familiares para o educador. Entre essas incluem-se: deficiência mental e paralisia cerebral, deficiência mental e surdez, autismo, distúrbio comportamental e deficiência auditiva, e deficiência sensorial dupla de visão e audição.

Cada uma dessas combinações requer planejamento próprio e ainda assim dentro de uma combinação é necessário realizar trabalhos individualizados, como é o caso das crianças autistas que apresentam comportamento diferenciado uns dos outros. Regra geral, um sistema abrangente de educação para crianças com deficiência múltiplas deve incluir: estrutura de desenvolvimento; intervenção precoce e contínua; procedimentos sistemáticos de ensino; currículos adequados para satisfazer as necessidades especiais das crianças; serviços adjuntos para oferecerem adicionais de saúde e sociais; avaliação objetiva para procurar evidências de desenvolvimento resultantes da educação.

Um currículo para crianças com deficiências múltiplas consistiria em certa combinação de habilidades de comunicação, socialização, habilidades pré-vocacional e vocacional, parte acadêmica funcional, recreação.

Quanto ao acesso ao currículo educacional de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais. Adaptações Curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 1998, p.48–49), considera as deficiências que se apresentam distintamente e a associação de deficiências agrupadas: surdez – cegueira, deficiência visual–mental, deficiência física–auditiva dentre outras. As adaptações de acesso devem contemplar a funcionalidade e as condições individuais do aluno: ambientes de aula que favoreça a aprendizagem, como ateliê, cantinhos, oficinas; acesso à atenção do professor; materiais de aula: mostrar os objetos, entregá-los, brincar com eles, estimulando os alunos a utilizá-los.

4.6 ALUNOS COM CONDUTAS TÍPICAS: ABORDAGEM GERAL

As expressões condutas típicas, problemas de conduta ou isto é, um distúrbio de comportamento, já fazem parte do vocabulário referente à população escolar. Considera-se na maioria das definições, os problemas de condutas aqueles manifestados como inadequado para a idade em questão. Entretanto, não é fácil definir o que seja essas dificuldades de comportamento devido ao fato de que praticamente todas as crianças manifestam comportamentos inadequados para idade em um período ou outro.

Para poder identificar quando uma criança apresenta qualquer tipo de distúrbio que possa ser considerado fora dos padrões a ponto de requerer atenção especial, seja familiar ou educacional, é necessário,

[...] conhecer o desenvolvimento normal da criança, tendo muito presente a grande variabilidade comportamental existente, fruto da interação de numerosos fatores (idade, sexo, fatores genéticos, contexto familiar e social, etc.); reconhecer a existência de padrões condutais que têm caráter transitório e não envolvem uma evolução psicopatológica; avaliar até que ponto as alterações condutais estão interferindo ou dificultando a aquisição ou desenvolvimento de certas capacidades e habilidades cognitivas e sociais da criança, bem como a ligação das consequências desses distúrbios no meio em que se desenvolve. Tudo isso faz com se tenha cautela no momento de estabelecer o diagnóstico, entendendo este não como uma mera atribuição de rótulos, senão como um processo de conhecimento das potencialidades e necessidades especiais da criança. (BRIOSO; SARRIÁ, 1994, p.160)

Assim, considerando o grande número e a diversidade dos distúrbios específicos, incluídos sob o termo de condutas típicas, ou distúrbios de comportamento, e os limites do trabalho, é necessário fazer uma seleção, e portanto, mostrar somente alguns deles, como exemplos ilustrativos.

Hiperatividade. Na escola, crianças hiperativas passam muitas vezes por perturbadoras, bagunceiras, de comportamento inadequado, porque não acompanham as aulas, falam sem serem perguntadas e provocam conflitos com professores e colegas. Seus trabalhos escolares são frequentemente confusos. Observa-se uma grande dificuldade em manter a atenção em tarefas ou atividades lúdicas, apresentando também dificuldades em persistir nas tarefas até o seu término. Podem iniciar uma atividade, passar para a outra, depois voltar a atenção para outra coisa antes de completar aquela que iniciaram. As atividades que exigem um esforço mental maior e mais constante são vivenciadas como desagradáveis e causadoras de extrema aversão.

Os hábitos de estudar são frequentemente desorganizados e os materiais escolares necessários para a realização das tarefas são espalhados, perdidos ou manuseados com descuido e danificados. Têm dificuldades para permanecer sentadas, levantam-se com frequência e se remexem ou sentam-se na beira da cadeira, como se prontas para se levantarem. Manuseiam materiais inquietamente, batem com as mãos e balançam as pernas e braços excessivamente. Falam em excesso e fazem ruídos durante atividades tranquilas.

Déficit de atenção. Atividade motora excessiva, e impulsividade ou falta de controle são sintomas definidores da hiperatividade. Déficit de atenção é

considerado um problema persistente estável ao longo do tempo, enquanto a atividade motora excessiva tende a desaparecer.

Agressividade. Atualmente, o comportamento agressivo constitui uma das condutas infantis que mais preocupa pais e professores, tanto por suas repercussões negativas como pela grande resistência que oferece a suas tentativas de controle.

1—A agressão é um impulso inato inevitável, que desempenhou uma função positiva na história da evolução do ser humano. Seguindo a coerência desta afirmativa, este impulso não deveria ser inibido, senão canalizado, para que sua descarga fosse realizada, através de atividades socialmente adequadas. 2—Considera-se que a agressão é aprendida, mediante um processo de aprendizagem social. Trata-se de condutas indesejáveis que podem ser eliminadas mediante procedimentos de modificação de conduta. 3—A agressão como impulso é aprendida em uma história de frustração e necessidades precoces insatisfeitas. A repressão destes impulsos afetaria negativamente o desenvolvimento do indivíduo, por isso, no contexto da psicoterapia, tenta-se conhecer e compensar as frustrações das quais foi gerado (BRIOSO; SARRIÀ, 1993,p.165).

As condutas agressivas não constituem por si só um distúrbio de comportamento, são outros pontos-chave que permitem identificá-las como tal distúrbio: sua finalidade, persistência, estabilidade e generalização.

As estratégias para se modificar o currículo educacional para os alunos com problemas de condutas típicas requerem tratamento intensivo e prolongado, incluindo diferentes abordagens, implica em conhecimento sobre as mesmas, para que se possa realizar uma educação individualizada. As seguintes sugestões favorecem o acesso ao Currículo (BRASIL, 1998, p. 47–48): encorajar o estabelecimento de relações com o ambiente físico e social; oportunizar e exercitar o desenvolvimento de suas competências; estimular a atenção do aluno para as atividades escolares; utilizar instruções e sinais claros, simples e contingentes com as atividades realizadas; oferecer modelos adequados e corretos de aprendizagem (evitar alternativas do tipo “aprendizagem por ensaio e erro”); favorecer o bem estar emocional.

4.7 ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO: DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM

Quando se fala em crianças com necessidades educacionais especiais, normalmente vêm à mente crianças com deficiências físicas ou intelectuais, pois não passa pela cabeça de ninguém que uma criança superdotada também faz parte desse grupo a partir do momento em que ela não se enquadra dentro dos padrões educacionais normais, e, portanto também têm necessidades educacionais especiais, com o agravante de que seu caso é mais difícil de ser detectado porque o professor não está preparado para reconhecer essa criança especial.

Crianças superdotadas são tão discriminadas quanto às crianças com deficiências físicas ou intelectual, no entanto as primeiras levam mais desvantagens em relação as demais, considerando que, um problema físico ou intelectual é perceptível enquanto uma criança com intelecto elevado, e sem que isso seja corretamente detectado, são deixadas de lado pelo educador, pois é comum o *slogan* “é bagunceiro mas é inteligente”, e se ele for do tipo introvertido, pior ainda, pois é rotulado (olhe aí o perigo da rotulação!) de esquisito, de *nerd*³ dificultando a socialização porque não se enquadra no padrão “normal” da turma.

São consideradas crianças portadoras de altas habilidades as que apresentam notável desempenho e/ou elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual superior; aptidão acadêmica específica, pensamento criador ou produtivo; capacidade de liderança; talento especial para artes visuais, artes dramáticas e música; e capacidade psicomotora. (BRASIL, 1994, p.86)

Segundo Fleming as crianças superdotadas são aquelas que,

³ Nerd é um termo utilizado de maneira pejorativa para classificar pessoas anti sociais e saudosista que são atraídas por cinema, literatura, RPG, tecnologia, coleções, ficção científica, história em quadrinhos, jogos de xadrez, estudos e outros. (CABRAL, Gabriela. Disponível em: www.brasile scola.com)

têm uma habilidade intelectual superior ao lidar com fatos, idéias, relações, Podem também apresentar aptidões especiais em áreas específicas como arte e música. Curiosidade marcante; acentuada habilidade de pensamento abstrato; entende e retém o conhecimento com facilidade e rapidez; trabalha bem em uma situação independente; é criativo e inventivo; intuitivo, sensível às questões sociais e tem múltiplos interesses. Crianças superdotadas com o mínimo de auxílio aprendem mais cedo e têm comportamento precoce. (1988, p.99),

O papel do professor nesse processo de identificar um aluno superdotado é relevante, pois normalmente eles não estão preparados para o atendimento das necessidades especiais desse aluno – pode ser confundido com aluno hiperativo. Considerando que, o educando superdotado necessita de alternativas adequadas e diversificadas de ensino, o professor deve oportunizar em sala de aula os estímulos para o desenvolvimento de suas potencialidades, portanto, é preciso dar uma base teórica para que ele possa identificar esse aluno, uma vez que, nem mesmo os pais têm conhecimento suficiente para tal.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL,1998, p.19), as adaptações para o acesso ao currículo devem contemplar: materiais escritos de modo que estimule a criatividade: lâminas, pôsteres, murais, inclusão de figuras, gráficos, imagens, e de elementos que despertem novas possibilidades; materiais, equipamento e mobiliários que facilitem os trabalhos educativos; pesquisa, de persistência na tarefa e o engajamento em atividades cooperativas; ambientes favoráveis de aprendizagem como: ateliê, laboratórios, bibliotecas, entre outros:evitar sentimentos de superioridade, rejeição dos demais colegas, sentimentos de isolamento.

Dessa forma, a partir do momento em que existe a necessidade, e respaldada por legislações, de se trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais é preciso:

buscar estratégias metodológicas diversificadas, com base em alguns princípios pedagógicos essenciais, que permitam ajustar a ajuda pedagógica às diferentes necessidades aos estilos de aprendizagem e aos processos de construção de cada aluno. [...] Da mesma forma que, é preciso assegurar que o aluno receba os meios para progredir no sistema educativo em igualdade de condições [...] (BLANCO; 2004, p.294; 297).

Em síntese, a qualidade de ensino não deve estar atrelada simplesmente aos recursos utilizados pelo professor, mas sabe-se, que os recursos são ferramentas que ajudam o professor a ensinar melhor; consiste em um desafio tornar sua prática mais dinâmica no sentido de conduzir eficazmente seu aluno à aprendizagem significativa.

5. RECOMENDAÇÕES DE ALTERNATIVAS PEDAGÓGICAS AOS PROFESSORES DE CLASSE COM ALUNOS INCLUSOS

Para que um professor possa administrar com competência seu ensino, ele precisa primeiramente conhecer seus alunos. Sabemos que é prática comum, em nossa realidade educacional, que se faça o plano de ensino antes do início das aulas, antes de se vir a conhecer os alunos.

Se não conheço o aluno que vou receber, porque planejar o ensino? Vou ensinar para quem? Como vou ensinar? Que estratégias pedagógicas serão mais eficazes para cada um dos alunos que ainda nem conheço?

A Secretaria de Educação Especial – S.E.E – (Brasil, 2000, p.29-30), através do documento intitulado “Projeto Escola Viva. Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Alunos com necessidades educacionais especiais”, aponta seis princípios importantes que podem auxiliar o professor a oferecer experiências educacionais apropriadas para esse grupo de alunos, no contexto da sala inclusiva:

- 1) Estimular a independência de estudo do aluno ensinando-o a ser “eficiente e efetivo” nessa tarefa. Assim, é interessante que o professor estimule o aluno a ler, a pesquisar, a buscar novas informações em material extra classe, de forma que ele aprende a estudar pesquisando. Desta forma, o aluno não precisa ficar “amarrado” ao conteúdo regular do plano de ensino da série ou nível em que se encontra (por ele, muitas vezes, já dominado), andando em seu próprio ritmo, ao mesmo tempo em que se evitam problemas na interação com colegas e mesmo com o professor.
- 2) Estimular que os alunos utilizem processos cognitivos, tais como o pensamento criativo, a análise crítica, a análise de prós e contras,... Esse

tipo de atividade permite ao aluno exercitar suas competências de forma construtiva e favorecedora de um desenvolvimento dentro de seu próprio ritmo.

- 3) Estimular os alunos a discutirem amplamente sobre questões, fatos, ideias, aprofundando gradativamente o nível de complexidade da análise, até culminar em um processo de tomada de decisão e comunicação com os demais, acerca de planos, relatórios e soluções esperadas a partir das decisões tomadas. Este procedimento não só estimula as operações de análise (reflexão sobre os múltiplos componentes da realidade enfocada, a identificação de possibilidades alternativas para a solução de problemas), e de síntese, como também a organização do pensamento, o raciocínio lógico, o planejamento de ações, a avaliação de possíveis consequências e efeitos das ações planejadas, a comunicação social das ideias, dentre outras competências.
- 4) Estabelecer as habilidades de comunicação interpessoal necessárias para que os alunos trabalhem tranquilamente com parceiros de diferentes faixas etárias, e de todos os níveis do desenvolvimento cognitivo. O fato de ter altas habilidades, sejam elas as competências que forem, pode tornar-se impeditivo para a convivência entre pares, razão pela qual é de grande importância que a interação e a comunicação interpessoal constituam objetivos de ensino, de igual importância aos demais conteúdos curriculares.
- 5) Estimular o desenvolvimento do respeito pelos demais seres humanos, independentemente de suas características, talentos e competências. A criança portadora de altas habilidades pode se tornar alguém impaciente com pessoas que funcionam em nível ou ritmo diferente do seu, ou desenvolver um padrão de a elas desqualificar. Isto é prejudicial para seu desenvolvimento pessoal e social, podendo ter consequências destrutivas para seu próprio processo de aprendizagem, bem como para a sociedade. Assim, tratar do desenvolvimento e da prática do respeito humano enquanto conteúdo curricular é de importância e relevância educacional e social.
- 6) Desenvolver expectativas positivas do aluno quanto a escolhas profissionais que possam otimizar o uso de seus talentos e competências.

Cabe, também, ao professor, identificar os recursos didáticos especiais que seus alunos possam necessitar, para solicitá-los junto à direção da escola, e com ela procurar soluções para o caso do recurso pretendido não se encontrar ainda disponível na unidade escolar.

A primeira instância na qual o professor deve promover as “adaptações” que favorecerão a experiência produtiva da escolaridade para todos os seus alunos é na elaboração do Plano de Ensino. Ao fazer isso, o professor deve estar aberto para a constatação da diversidade presente no seu grupo de alunos e para ela responder no âmbito da sua ação pedagógica.

Seu planejamento, assim, deverá considerar a diversidade, estando alerta para as características individuais, que o envolve:

- a organização do espaço e dos aspectos físicos da sala de aula;
- a seleção, a adaptação e a utilização de equipamentos e mobiliários de forma a favorecer a aprendizagem de todos os alunos;
- o planejamento das estratégias de ensino que pretende adotar em função dos objetivos pedagógicos e consequentes conteúdos a serem abordados;
- a pluralidade metodológica tanto para o ensino como para a avaliação;
- a flexibilização da temporalidade.

5.1 PARA ATENDER A NECESSIDADES ESPECIAIS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Medidas práticas podem auxiliar o professor e o aluno quando se adota estratégias, materiais e comportamento em sala de aula como o sugerido pelo “Projeto Escola Viva. Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Alunos com necessidades educacionais especiais” (2000, p.13):

- posicionar o aluno de forma a favorecer sua possibilidade de ouvir o professor;
- dispor o mobiliário da sala de forma a facilitar a locomoção e o deslocamento do aluno, e evitar acidentes, quando este precisar obter materiais ou informações do professor;

- dar explicações verbais sobre todo o material abordado em sala de aula de maneira visual; ler, por exemplo, o conteúdo que escreve na lousa;
- oferecer suporte físico, verbal e instrucional para a locomoção do aluno, no que se refere à orientação espacial e à mobilidade;
- utilizar os recursos e materiais adaptados disponíveis: pranchas, presilhas para evitar o deslizamento do papel na carteira, lupa, material didático de tipo ampliado, livro falado, equipamento de informática, materiais desportivos como bola de guizo, dentre outros

5.2 PARA ATENDER A NECESSIDADES ESPECIAIS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Em relação aos alunos com deficiência auditiva o “Projeto Escola Viva. Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Alunos com necessidades educacionais especiais” (2000, p.18), recomendam:

- posicionar o aluno na sala de aula de forma que possa ver os movimentos do rosto (orofaciais) do professor e de seus colegas;
- utilizar a escrita e outros materiais visuais para favorecer a apreensão das informações abordadas verbalmente;
- utilizar os recursos e materiais adaptados disponíveis: treinador de fala, tablado, *softwares* educativos, solicitar que o aluno use a prótese auditiva, dentre outros.;
- utilizar textos escritos complementados com elementos que favoreçam sua compreensão: linguagem gestual, língua de sinais;
- apresentar referências importantes e relevantes sobre um texto (o contexto histórico, o enredo, os personagens, a localização geográfica, a biografia do autor, etc.) em língua de sinais, oralmente, ou utilizando outros recursos, antes de sua leitura;

- promover a interpretação de textos por meio de material plástico (desenho, pintura, murais, etc.) ou de material cênico (dramatização e mímica);
- utilizar um sistema alternativo de comunicação adaptado às possibilidades e necessidades do aluno: língua de sinais, leitura orofacial, linguagem gestual, dentre outros.

5.3. PARA ATENDER A NECESSIDADES ESPECIAIS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Para trabalhar com esses alunos, o professor deve, num primeiro momento identificar os conhecimentos que ele já possui como ponto de partida do processo de aprendizagem, como parâmetro para a ampliação e aquisição de novos conhecimentos.

O “Projeto Escola Viva. Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Alunos com necessidades educacionais especiais” (2000, p.20-21), considera que é “ fundamental para a promoção do acesso do aluno ao conteúdo curricular, outras providências mais específicas sugeridas a seguir”:

- posicionar o aluno de forma que possa obter a atenção do professor; estimular o desenvolvimento de habilidades de comunicação interpessoal;
- encorajar a ocorrência de interações e o estabelecimento de relações com o ambiente físico e de relações sociais estáveis;
- estimular o desenvolvimento de habilidades de auto-cuidado;
- estimular a atenção do aluno para as atividades escolares;
- estimular a construção de crescente autonomia do aluno, ensinando-o a pedir as informações de que necessita, a solicitar ajuda, enfim, a se comunicar com as demais pessoas de forma que estas sejam informadas de sua necessidade e do que esteja necessitando;
- oferecer um ambiente emocionalmente acolhedor para todos os alunos.

5.4. PARA ATENDER A NECESSIDADES ESPECIAIS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Os problemas dos alunos com deficiência física na maioria das vezes, se resumem em adaptações no ambiente físico, pois nem sempre os mesmos apresentam dificuldades cognitivas, caso haja uma combinação física/cognitiva pode-se implementar, conforme o caso, as adaptações abaixo, sugeridas pelo “Projeto Escola Viva. Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Alunos com necessidades educacionais especiais” (2000, p.-21):

- posicionar o aluno de forma a facilitar-lhe o deslocamento na sala de aula, especialmente no caso dos que utilizam cadeiras de rodas, bengalas, andadores, entre outros;
- utilizar recursos ou equipamentos que favoreçam a realização das atividades propostas em sala de aula: pranchas para escrita, presilhas para fixar o papel na carteira, suporte para lápis (favorecendo a preensão), presilha de braço, cobertura de teclado;
- utilizar os recursos ou equipamentos disponíveis que favoreçam a comunicação dos que estiverem impedidos de falar: sistemas de símbolos (livro de signos, desenhos, elementos pictográficos, ideográficos e/ou outros, arbitrários, criados pelo próprio professor juntamente com o aluno, ou criado no ambiente familiar, etc.), auxílios físicos ou técnicos (tabuleiros de comunicação, sinalizadores mecânicos, tecnologia de informática);
- utilizar textos escritos complementados por material em outras linguagens e sistemas de comunicação, por exemplo, desenhos, fala.

5.5 PARA ATENDER A NECESSIDADES ESPECIAIS PARA OS ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES /SUPERDOTAÇÃO

Mesmo considerando que os alunos com altas habilidades/superdotação não apresentam dificuldades de assimilar a aprendizagem, eles não podem ficar à margem de uma atenção especial, pois requerem procedimentos educacionais que preencham a necessidade de conhecimentos além daquele que é usualmente trabalhado em sala. Dessa forma, o “Projeto Escola Viva. Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Alunos com necessidades educacionais especiais” (2000, p.22), considera como ponto de partida,

- explicitar e discutir sobre sentimentos de superioridade, de rejeição dos demais colegas e de isolamento, favorecendo a instalação de um clima mais favorável para a ocorrência de interações e o estabelecimento de relações sociais estáveis;
- explicitar e discutir sobre sentimentos de mágoa e comportamentos de esquiva dos colegas, com o mesmo objetivo do item anterior;
- estimular o envolvimento em atividades cooperativas;
- estimular a persistência na tarefa;
- estimular o desenvolvimento de pesquisas.

Observa-se que, essas recomendações relacionam-se mais na área comportamental, com o intuito de integrar esses alunos com os demais colegas. Agora, em nível de atividades, primeiramente os professores devem:

[...] identificar as áreas de alta potencialidade do seu aluno, observando como estas estão sendo utilizadas no contexto escolar e planejar suas atividades de ensino, de forma a promover o crescimento de acordo com seus próprios ritmos, possibilidades, interesses e necessidades. [...]. Os objetivos da ação pedagógica junto aos alunos com altas habilidades/superdotação devem preparar para a autonomia e independência, desenvolver habilidades, estimular atividades de planejamento, implementar diferentes formas de pensamento e oferecer estratégias que estimulem o posicionamento acrítico e avaliativo. (PROJETO ESCOLA VIVA..., 2000, p.27-28)

Acredita-se que, esses alunos podem ser convidados a auxiliar seus colegas de sala que apresentem dificuldades, pois, uma vez que realiza suas atividades com agilidade, ficará ocioso; podendo ser ocupado nessa atividade ao mesmo tempo em que possibilita a integração e participação no grupo.

6. SUGESTÕES ESPECÍFICAS DE COMO ESCOLHER E UTILIZAR MATERIAIS DIDÁTICOS

Colocar em prática a utilização de diversos tipos de recursos além do livro didático, como Laboratórios de Informática, Ciências, jogos, vídeos, áudios, livros paradidáticos, artigos científicos, obras literárias, dicionários específicos segundo a disciplina, enciclopédias, atlas, jornais, revistas, mapas que podem ser consultados na biblioteca da escola ou internet, dentre outros, possibilita aulas motivadoras ao mesmo tempo em que amplia os conhecimentos dos alunos.

Entretanto, a adoção desses materiais requer uma capacidade crítica dos professores, pois necessita de um planejamento prévio dos objetivos a serem atingidos para aquele conteúdo a ser abordado; que tipo de material é mais adequado para aquele momento e a faixa etária do aluno; como será utilizado; o tempo disponível, principalmente no caso dos filmes; o espaço físico da sala, a disponibilidade do Laboratório de Informática, Ciências, a biblioteca. Na dúvida “Nunca se deve utilizar um recurso que não se conhece suficientemente, de forma a poder empregá-lo corretamente” (PILETTI, 2010, p.154). Em outras palavras, não há lugar para o imprevisto.

Esse conhecimento do material só é conseguido se o professor o experimenta, colocando-se na situação do aluno. Constitui-se uma aventura temerária utilizar um material sem instruções de uso, o que facilita o trabalho de análise do professor, mas não o dispensa (CARVALHO, 2005, p.47)

Na consideração de Piletti (2010), a utilização de recursos como estratégias de ensino ou auxílio de ensino, podem resultar em:

- motivação e interesse dos alunos;
- favorecimento da capacidade de observação;
- aproximação do aluno à realidade;
- visualização ou concretização dos conteúdos da aprendizagem;
- informações e dados;
- fixação da aprendizagem;
- ilustrações referentes as noções mais abstratas;
- desenvolvimento à experimentação concreta.

Carvalho (2005), por sua vez, como exemplo, sugere que, quando professor optar por escolher recursos que não fazem parte da sua rotina deve saber qual o objetivo que se pretende atingir com a utilização dos mesmos. A título de parâmetros, pode-se considerar algumas alternativas propostas abaixo.

- Matemática: se ele está ensinando a estrutura do sistema de numeração decimal, faz sentido indicar livros paradidáticos que contam a história dos sistemas de numeração ou, em um nível mais elementar, utilizar materiais concretos que mostrem a estrutura e o funcionamento deste sistema;
- Ciências: se o conteúdo é germinação, nada mais natural do que os alunos fazerem experimentos de germinação, trazendo sementes para plantar em pequenos vasos, que podem ser improvisados com partes de garrafas pet, por exemplo;
- História: se o tema é escravidão, uma boa sugestão são filmes que abordam esse assunto, porém, sempre considerando a faixa etária dos alunos ou ainda revistas especializadas de História; l
- Geografia: se turma está estudando a Região Amazônica, é natural exibir filmes que mostrem tanto os aspectos físicos da região como a vida das pessoas que aí moram; se for aspectos regionais, ambientais perto da realidade dos alunos, levá-los para estudos *in loco*.

CURIOSIDADE

Pesquisadores revelaram que o nosso nível de retenção de conhecimento se processa da seguinte maneira:

- 10% do que lemos;
- 20% do que escutamos;
- 30% do que vemos;
- 50% do que vemos e escutamos;
- 70% do que ouvimos e logo discutimos;
- 90% do que ouvimos e logo realizamos

Logo, o ideal é a utilização de recursos orais e visuais simultaneamente.

Por outro lado, considerando a grande variedade de materiais disponíveis no mercado, o professor não se deve deixar deslumbrar sem atender para as finalidades que se propõe, pois alguns desses materiais são apresentados com todos os artifícios mercadológicos para atrair compradores. O professor deve sempre considerar como esse material pode contribuir para a sua prática e a aprendizagem dos seus alunos.

CONSIDERAÇÕES

Uma vez que os recursos estão postos, cabe ao professor opinar entre um ensino monótono ou um ensino dinâmico que vai para além da mera transmissão de conhecimentos.

Cada recurso, em sua especificidade traz benefícios ao ensino e a aprendizagem e, é explícito que a criatividade do professor e a intencionalidade com que são utilizados levam o aluno a despertar para a aquisição do conhecimento.

Sabe-se que todos são diferentes uns dos outros; nem todos são morenos, ou loiros, têm pele amarela, ou pele vermelha, são de cor branca, ou de cor negra, têm cabelos lisos, ou cabelos enrolados, e assim por diante.

Cada pessoa tem características que são somente suas e que, na verdade, as diferenciam das demais. O mesmo acontece com o funcionamento mental. Algumas pessoas aprendem melhor por via visual, ou seja, lendo textos, assistindo cenas; outras aprendem melhor por via auditiva, ou seja, ouvindo o professor, ou lendo em voz alta; algumas pessoas compreendem melhor um fato ou um fenômeno qualquer se puder lidar com ele concretamente; outras pessoas já têm facilidade para compreender o mesmo fenômeno, ainda que dele se trate abstratamente, ou seja, no nível da imaginação, da elaboração de idéias.

Nem todos seguem o mesmo raciocínio para resolver um problema, e essa assertiva fica evidente durante a fase escolar onde as diferenças entre os alunos se acentuam. Logo, nada mais coerente colocar em prática métodos, técnicas, e recursos segundo o nível de retenção da aprendizagem do aluno.

O professor no seu dia-a-dia acumula experiências que permite conhecer estratégias pedagógicas que obtém melhores respostas seja em nível individual do aluno, seja em grupo.

Devido a essa diversidade, estudos nessa área têm sempre como objetivos buscar maneira de tornar o ensino e aprendizagem cada vez mais significativa para um número maior de alunos. Prioriza-se estratégias para ensiná-los produtivamente, ajudando-os apreender o conteúdo; motivando-os para a situação de aprendizagem.

Assim, numa sociedade cada vez mais “multi”, a escola não pode deixar de cumprir o seu papel de formadores de cidadãos, portanto, é preciso dotar os professores de conhecimentos que os tornem agentes ativos nesse processo.

REFERÊNCIAS

BLANCO, Rosa. A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo. In COLL, Cesar; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Alvaro (col.) **Desenvolvimento psicológico e educação**. Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Tradução Fátima Murad. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, v. 3, 2004, p. 290-308.

BOLSANELLO, Maria Augusta; ROSS, Paulo Ricardo et all. **Avaliação da Aprendizagem**. Educação especial e avaliação de aprendizagem na escola regular CINFOP (Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores (UFPR).

Caderno1 (2005). Disponível em: < www.cinfop.ufpr.pr.gov.br > Acesso em: 19 jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escola Viva**: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Alunos com necessidades educacionais especiais, Brasília: MEC/SEESP, 2000.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Adaptações Curriculares – estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. lei n. 9.394, de 23 de dezembro de 1996. Brasília:MEC, 1998.

BRIOSO, Angeles; SARRIÀ, Encarnación. Distúrbios de comportamento. In COLL, Cesar; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Alvaro (org.) **Desenvolvimento psicológico e educação**. Necessidades especiais e aprendizagem escolar. Tradução Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, v.3, 1993, p. 159-169.

CABRAL, Gabriela. Nerd. Disponível em: < www.brasile scola.com > Acesso em: 24 jul. 2011.

CARVALHO, João Bosco Pitombeira de. Impressos e outros materiais didáticas em sala de aula (2005). In: **Materiais didáticos**: escolha e uso. Disponível em:< www.tvbrasil.org.br >. Acesso: 19 jun. 2011

FIERRO, Alfredo. As crianças com atraso mental. In COLL, Cesar; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Alvaro (org.) **Desenvolvimento psicológico e educação**. Necessidades especiais e aprendizagem escolar. Tradução Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, v.3, 1993. p.235-239.

FLEMING, Juanita W. **A criança excepcional**: diagnóstico e tratamento. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

GÓMEZ, Ana Maria Salgado; TÉRAN, Nora Espinosa. **Dificuldades de aprendizagem**. Detecção e estratégias de ajuda. Tradução de Almeida Navarro. São Paulo: Grupo cultural, 2008.

GONZÁLEZ, José Antônio Torres. **Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MORAN, José Manuel. Mudar a forma de ensinar e de aprender com tecnologias. (2009). In: **Transformar as aulas em pesquisa e em comunicação presencial-virtual**. Disponível em: < www.eca.usp.br >. Acesso em: 09 fev. 2011.

PILETTI, Claudino. **Didática geral**. 24ª ed. São Paulo: Ática, 2010.

POLICARPO, Ivani. **As contribuições dos recursos alternativos na prática pedagógica**. (2009). Disponível em: <portaldiaadiaeducacao.pr.gov.br> Acesso em: 10 de junho de 2011.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Vida independente**. História, movimento, liderança, conceito, filosofia. São Paulo: [s.n.], jul., 2003.

_____. Deficiência mental ou deficiência intelectual? In: **Revista Nacional de Reabilitação**. Disponível em: <www.indianopolis.com.br >. Acesso em: 04 ago. 2011.

SILVA, Nádia Maria Dias da. **Dificuldades de aprendizagem** (2006). Disponível em: < www.colégiosantamaria.com.br >. Acesso em: 22 fev. 2011.